

LEITURA E ENSINO DE LITERATURA

Profa. Dra. Francilda Araújo INÁCIO¹ CEFET-PB
Profa. Doutoranda Gírlene Marques FORMIGA² CEFET-PB

Resumo:

Este trabalho objetiva lançar luz sobre o tema Literatura na escola, partindo de reflexões acerca de propostas teórico-metodológicas relativas à relação Leitura-Literatura-E ensino, uma relação que, nas últimas décadas, tem suscitado uma produção científica considerável. A pesquisa bibliográfica acerca da temática serviu de suporte metodológico para a efetivação desse trabalho, cuja fundamentação teórica reside principalmente nas produções acadêmicas de pesquisadores especializados nas áreas de Leitura e Ensino de Literatura.

Palavras-chave: Literatura, Leitura, Ensino.

Introdução

O ensino da Literatura no Brasil está intrinsecamente ligado a uma história que inicia com os jesuítas e com o método *Ratio Studiorum*, pensado para uniformizar o ensino dos discentes dos colégios da Ordem Jesuítica em qualquer lugar do mundo, em cuja preleção havia a advertência de que somente os autores antigos fossem explicados, os modernos, de modo algum. (FONTES, 1999). Isso pressupunha, no âmbito de Literatura – termo utilizado inapropriadamente à época, já que não diferenciava arte literária da ciência (ABREU, 2003) – um ensino construído a partir de uma base imóvel, um ensino fundamentado, portanto, em verdades solidificadas. A esse propósito, a pesquisadora Socorro Barbosa, estudiosa da História da Leitura e da Literatura, tece seguintes considerações:

O ensino do que hoje concebemos como literatura dizia respeito ao universo da Retórica e da Poética, cujas disciplinas incluíam a oratória, o estilo e a erudição e exigia que os discípulos tivessem contato com os textos clássicos como modelos do bem escrever. O problema era que esse contato não poderia se fazer de forma “integral”, razão por que foram introduzidas as adaptações dos textos clássicos, de onde eram expurgadas as matérias “inconvenientes”. O método durou até a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal, quando foram paralisadas as atividades de 17 colégios, alguns seminários e escolas elementares. A partir desta data tem início o período pombalino, que tenta, através de decreto, transformar a educação do Brasil em uma educação laica, através do alvará de 28 de junho de 1759. Ao mesmo tempo que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal, que acreditava que o estabelecimento da Monarquia portuguesa só ocorreria quando as Armas e as letras fossem associadas, fundou na cidade de Lisboa, para estudos das artes liberais e das ciências, a florente Universidade de Lisboa, conforme o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1972). É de 1759 a *Arte Poética* de Cândido Lusitano (Francisco José Freire), escrita com o objetivo de reformar os estudos da poesia. Note-se que o estudo da poesia implicava também a formação de poetas ou homens de letras, como se dizia à época, modo de

se apropriar da “literatura”, que estava na base da concepção jesuítica.¹ (BARBOSA, 2005)

Segundo ainda Barbosa, nem mesmo a criação das licenciaturas, implantadas a partir da década de 30 do século passado, cujo objetivo era a formação de professores, deixou de conferir à literatura o caráter pragmático, normativo e utilitário, que estava na origem do ensino da literatura pelos jesuítas.

No início da década de 70, conforme assinala Lajolo (1982), *as preocupações com o ensino de Literatura não tinham, ainda, o beneplácito da Universidade. [...] Naquele tempo essas preocupações eram marginais*. Nesse contexto, em que estavam em pauta discursos relativos à falta de leitura e o despreparo dos alunos para lidar com a leitura, algumas propostas surgiram com vistas a uma mudança de mentalidade: professores de língua e de literatura passam a discutir e a elaborar obras com conceitos e metodologias sobre a leitura, os quais se centravam na figura do aluno/leitor.

De lá para cá, estudos e pesquisas sobre leitura multiplicaram-se, procurando analisar e explicar os mecanismos subjacentes à produção de leitura, formação de leitores e ensino da Literatura na escola, sendo possível encontrar discussões importantes relativas à História da leitura, História cultural, Sociologia da leitura, Estética da Recepção, entre outros, que buscaram operar transformações nesta área. Nessa discussão não podemos deixar de aludir à História cultural e sua contribuição importante quanto à consideração de que a leitura do texto literário resulta de diversas apropriações diferenciadas, em contextos diferenciados, no tempo e no espaço. Assim,

os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras, não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação (CHARTIER, 2002, p. 61-2).

A perspectiva teórica que visualiza a leitura como prática cultural, envolvendo o texto, os suportes, os leitores, a leitura e suas representações, fundamenta-se nos estudos dos autores que pensam a Leitura como prática social, fundada, portanto, nos pressupostos de uma História Cultural, vai de encontro ao que postula a tradicional história da literatura, uma vez que não concebe o texto em si como algo desvinculado de uma materialidade que lhe dá suporte, lido sempre da mesma forma, em diferentes épocas, por diversos leitores.

No tocante especificamente ao aspecto sociológico da literatura, é importante não desconsiderar o processo de produção e mediação cultural. Evangelista, em seu texto “Algumas reflexões sobre a relação literatura/escola”, na esteira de Bordieu, observa que uma relação “entre o campo artístico e o campo literário, pela natureza mesma dos bens simbólicos, realidades que apresentam dupla face: a de mercadoria e a de significação” Nesse sentido, pode-se dizer que se torna possível compreender a recepção do texto literário num contexto social e escolar específicos, uma vez que se propõe a analisar o papel dos mediadores sociais da leitura literária.

Lajolo (2001) também se insere nessa discussão a partir de algumas considerações que tece em torno da evidência de que é a obra literária é um “objeto social”, cuja existência pressupõe um

¹ Considerações extraídas do **Projeto História do ensino da literatura no Brasil**, elaborado pela Prof^ª Dr^ª Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, constante da Linha de Pesquisa Literatura e Ensino, da Universidade Federal da Paraíba, (UFPB), extensivo ao CEFET-PB/PIBIC, por ocasião da pesquisa **Leitura e Ensino de Literatura: abordagem e reflexões**, coordenada pela Prof^ª Dr^ª Francilda Araújo Inácio.

intercâmbio social. Inerentes a essa questão da existência da obra literária estão as instâncias do editor, das livrarias e dos livreiros, espécie de “corredor comercial” por onde deve passar a obra antes de chegar ao leitor. A literatura é, sim, um produto de consumo como tantos outros, mas que, ainda assim, depende do “aval dos canais competentes” ou das instâncias responsáveis por referendar a literariedade, tais como os intelectuais, a crítica, a universidade, a academia, e, sobretudo, a escola – instituição fundamental no cumprimento do papel de avalista e fiadora de natureza e valor literário dos livros em circulação.

Embora em *O que é Literatura* (1982) Lajolo mencione o mercado editorial, é na edição de 2001 □ *Literatura: Leitura e Leitores* □ em que amplia essa discussão, voltando-se para a constatação de que há muita gente trabalhando nisso, uma indústria sofisticada, exigente e de padrões estéticos elevados, de forma a evidenciar a tríade literatura – escritor – leis de mercado, ou seja, a autora aprofunda questões já abordadas na edição de 1982, mas que agora estão mais fundamentadas a partir, sobretudo, de estudos que retratam o caráter da materialidade e a condição econômica da literatura (ZILBERMAN e LAJOLO, 2001).

Ainda naquela obra, Lajolo (2001) empreende uma discussão teórica representativa da tendência de se discutir a Literatura, abrindo possibilidades para uma percepção de que a Literatura é um fenômeno bem mais dinâmico, mais próximo de nós do que supõem muitos acadêmicos mais tradicionais da área. Segundo Lajolo, a “literatura mudou muito”: antes era produzida em escala bem menor que a atual, com a impressão, publicação e venda de livros. Um processo que agilizou e tornou mais barato o processo, as novas tecnologias permitem uma distribuição mais rápida e abrangente. A inserção da Internet como mais um instrumento diretamente ligado à produção e divulgação da linguagem escrita é uma novidade, mas que serve para corroborar algo já dito na edição de 82: a literatura se transforma conforme seu tempo, seus produtores, seus estudiosos, com as tecnologias.

Além da internet, a autora enfatiza suportes produzidos e lidos como mais um instrumento ligado a essa produção, e seria uma confirmação de que a literatura se transforma de acordo com seu tempo ou deixar de ser literatura ao longo do tempo. Assim, o conceito de Literatura é mutável e moldável, de acordo com o momento histórico, produção de época, entre outros fatores. Indo mais além: as definições em torno da literatura se ajustam ao texto produzido em sua época. Segundo Abreu (2003), a definição moderna de literatura se fez no momento em que entraram em cena *novos* leitores, *novos* gêneros, *novos* escritores e *novas* formas de ler. Escritores e leitores eruditos interessaram-se fortemente em diferenciar-se de escritores e leitores comuns a fim de assegurar seu prestígio intelectual, abalado pela disseminação da leitura. Isso os levou a eleger alguns autores, alguns gêneros e algumas maneiras de ler como os melhores. Convencionaram chamar a isso de literatura.

Acerca da concepção do termo literatura, Socorro Barbosa, em pesquisa sobre a literatura nos jornais do século XIX, acrescenta que

para estabelecer a distinção entre os jornais literários e os que não o eram, faz-se necessário estabelecer o conceito do termo literatura durante todo século XIX, principalmente porque a concepção de literatura à época era muito diversa daquela que temos hoje. (...) Assim, quando aplicamos indistintamente o termo literário é porque ignoramos que o significado de uma obra subordina-se tanto a códigos e acordos específicos, como a uma comunidade de leitores (BARBOSA, 2007, p. 28).

De mãos dadas com Zeca Baleiro e Paulo Coelho, só para citar alguns exemplos, Lajolo em *Literatura: Leitura e Leitores* dá o tom do discurso: “Em literatura tem tudo, sim senhor. E tudo é literatura”, dessacralizando, assim, um conceito de escrita superior, inquestionável, somente encontrável em livros. Ainda mais quando o leitor pode contar com novos e inesperados suportes como

CDS, CD-ROMS, vídeos, DVD's, além da divulgação de novos códigos e linguagens, que se espalham em paredes, calçadas, viadutos, tapumes de construções, extrapolando o espaço físico do livro, unindo-se ao papel e impondo-se como alternativa.

Na esteira dessa concepção, a literatura para crianças e jovens, a literatura de mulheres, de negros, índios, homossexuais, policial, ficção científica, esoterismo, auto-ajuda, crônica, reportagem e até a MPB e a telenovela, produções para as quais já em 82 Lajolo reivindica estatuto literário, quando já discutia que a preponderância da escrita na tradição cultural, adquirem estatuto de literatura com **L** maiúsculo, com identidade própria e dimensão significativa.

Aos que resmungam contra tudo que vai de encontro ao que pregavam há tempos, aos detentores de uma tradição literária apoiada pela civilização “burguesa branca, masculina e bem alfabetizada”, Lajolo manda um recado: “a literatura não é a mesma”: ela explode ao compasso dos discos e das fitas, no embalo do corpo e da voz que, na canção, recupera a força mágica da linguagem literária, de palavra que instaura seu sentido.

Entre nós, no século XX, a literatura reformata sua identidade: é um Brasil plural, cujas histórias falam através de diferentes vozes, diferentes códigos e linguagens, unificados todas na linguagem literatura. Dialogando novamente com a música e com a dança, com a voz e com o corpo, a literatura recupera sua força mágica. Uma literatura bastante plural, com vários códigos e linguagens sendo operados ao mesmo tempo. Tem mais: referência à dimensão tomada pela produção de temáticas marginalizadas, que começa a tomar destaque (a partir da década de 60), redimensionando o mercado literário, favorecendo a democratização do conceito de literatura, evidentemente, respaldada pela indústria cultural, capital e novas tecnologias, instâncias fundamentais para a difusão da leitura no Brasil: livrarias, bancas de revistas, supermercados, além da veiculação através de diversas traduções ou versões fílmicas e televisivas.

Sem estabelecer um único conceito, Marisa Lajolo levanta diferentes e novas perspectivas em torno do tema. Nesse terreno movediço dessa (in)definição, uma coisa é certa: “a Literatura vai bem, obrigada, vivinha da silva” e mais perto de nós do que supõem muitos eruditos resmungões.

Assim, a autora descortina um olhar que avança rumo a uma perspectiva de Ensino de Literatura que, talvez, não tenha sido assumida pela escola: o olhar múltiplo, para a diversidade, para o trabalho com mil possibilidades que o texto, não somente o escrito, vale destacar, pode oferecer. Um olhar que aponta para o respeito à diversidade e não para a seleção de uma única leitura, a validada pela escola.

Na esteira de Lajolo, e do ponto de vista da História Cultural, é necessário, para se obter resultados satisfatórios no trabalho com a leitura, que a escola não continue na mesma trilha do historicismo literário, que seleciona e apresenta aos alunos como *a* literatura unicamente aqueles textos previamente escolhidos, geralmente uma escolha respaldada em critérios fundamentados única e exclusivamente no cânone literário, o único a ser legitimado pela escola, desconsiderando por completo o verdadeiro gosto pessoal de muitos leitores.

Em análise sobre a eleição promovida pela *Folha de São Paulo* e pela *Revista IstoÉ*, para e-leger as melhores obras e autores de ficção, e da qual participaram como julgadores parte da intelectualidade e personalidades brasileiras, a pesquisadora Márcia Abreu □ que também compôs o corpo do júri □ conclui que este apresenta escolhas diferenciadas. Segundo ela,

alterando o júri, modifica-se também a lista de vencedores. Isto deixa claro que o ranking apresentado como “os melhores”, na verdade, indica os melhores *para algumas pessoas*. (...) Não há consenso quando se trata de gosto e, especialmente, de gosto literário. (...) As listas refletem, portanto, a média dos gostos particulares de algumas pessoas e não um padrão estético universalmente (ABREU, 2006).

No que se refere especificamente à Estética da Recepção (JAUSS 1994) e (ZILBERMAN 1989), essa corrente busca contribuir para o ensino de literatura, à medida que possibilita a compreensão do processo de recepção da obra literária a partir da perspectiva de apropriação do leitor, sem perder de vista, os demais aspectos dessa obra, quais sejam: os estéticos e os sociais. Partindo do pressuposto de que a leitura é uma prática que se constrói a partir do exercício interpretativo de sujeitos históricos, em um determinado contexto social e espaço-temporal, a estética da recepção possibilita a compreensão do processo de produção/recepção da obra literária a partir do leitor, sem, não obstante, negligenciar os aspectos estéticos e sociais envolvidos no processo da leitura literária. Conceitos fundamentais, como “recepção”, “horizonte de expectativas”, “distância estética” e “emancipação”, possibilitam o estabelecimento dos horizontes de leitura do leitor.

É importante registrar que, nesse processo, a estética da recepção possibilita um efeito emancipatório que libera o leitor da busca de um único sentido que deve ser atribuído ao texto, dando abertura, portanto, para que este, interagindo com o texto, possa imprimir marca própria. O leitor é, pois, aquele que se apossa do texto para dotá-lo de existência, visto que todo signo passível de leitura se abre a uma infindável possibilidade de significações. Nessa perspectiva, o texto é uma espécie de *constructo*, fundamentado na interação leitor/contexto em que está inserido.

Continuando nessa mesma linha, recorramos mais uma vez a Lajolo (2001), que, mesmo realçando, por repetidas vezes, o caráter tipicamente movediço da Literatura, não deixa de afirmar de forma peremptória que esta decorre da relação que as palavras estabelecem com o contexto, com a situação de leitura.

Conclusão

As perspectivas teóricas em torno da Leitura discutidas neste trabalho têm mostrado novos olhares para o ensino de Literatura, no que diz respeito principalmente à relação entre texto – leitor e a materialidade em que se apresenta a leitura.

O professor, como mediador do trabalho com Leitura em sala de aula, evidentemente, exerce papel fundamental, merecendo, portanto, uma formação capaz de instrumentalizá-lo adequadamente para enfrentar esse desafio. Dessa forma, a Literatura efetivará sua função formadora, bem diferente da missão pedagógica, no sentido de dar conta de uma tarefa comprometida com “o conhecimento do mundo e do ser”, a que alude o crítico literário Antonio Candido, que representa um acesso à circunstância individual mediante a “realidade” fantasiosa do escritor, cumprindo, assim, a finalidade implícita: o favorecimento à emancipação pessoal.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. **Cultura letrada** - literatura e leitura. Coleção Paradidáticos. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____. *Letras, Belas-letas, Boas letras*. In: BOLOGNINI, Carmen Zink. (Org.) **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).

BARBOSA, Socorro de F. Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. “Travessia do gênero ficção em Perdas & ganhos de Lya Luft”. In **Letra Viva** (UFPB), João Pessoa, v. 6, n.1, p.155-200, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade:** estudos de teorias e história literária. 8 ed. São Paulo: T.A Queiroz Editor, 2000.

CHARTIER, Roger. *O desafio da escrita*. Trad. Fulvia Moreto. São Paulo: UNESP, 2002. EVANGELISTA, Aracy Martins. **Algumas reflexões sobre a relação Literatura/Escola**. www.anped.org.br/reunioes/24/T1008587950265.doc. Acesso em maio/2007.

FONTES, Joaquim Brasil. **As obrigatórias metáforas**. Apontamentos sobre literatura e ensino. São Paulo: Iluminuras, 1999.

JAUS, Hans Robert. **A História da literatura como provocação à teoria da literatura**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Literatura:** Leitores & Leitura. São Paulo: Moderna, 2001.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

_____ e LAJOLO, Marisa. **O preço da leitura:** Leis e números por detrás das letras. São Paulo: Ática, 2001.

Autor(es)

¹ **Francilda Araújo INÁCIO, Profa. Dra.**

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB)
francildaaraujo@terra.com.br

² **Girleene Marques FORMIGA, Profa. Doutoranda.**

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB)
gformiga@uol.com.br